

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.554.748 - SC (2019/0224220-9)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : CLARINÊS FRANCO RODRIGUES DO ROSÁRIO
ADVOGADOS : GIOVAN BRUNETTO - SC034719
ANDRIELI ZUSE - SC034702
AGRAVADO : LANGE ALIMENTOS LTDA
ADVOGADO : RONALDO JOSÉ FRANÇOSI E OUTRO(S) - SC012311

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão que inadmitiu o recurso especial em virtude da incidência da Súmula n. 7 do STJ (e-STJ fls. 397/401).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 303):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. QUITAÇÃO DA DÍVIDA. MANUTENÇÃO DA INSCRIÇÃO APÓS O PAGAMENTO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. APELO DA DEMANDADA. ACOLHIMENTO. PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO QUE NÃO APONTAM A INOBSERVÂNCIA DO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS PARA EXCLUSÃO DO REGISTRO (SÚMULA N. 548 DO STJ). PAGAMENTO QUE SE DEU MEDIANTE DEPÓSITO JUDICIAL EM AÇÃO DE COBRANÇA PROPOSTA PELA APELANTE. FALTA DA DILIGÊNCIA E ZELO DA AUTORA COM SUA PRÓPRIA SITUAÇÃO CREDITÍCIA. HIPÓTESE, ADEMAIS, QUE NÃO INDICA A OCORRÊNCIA DE ABALO MORAL PASSÍVEL DE REPARAÇÃO. COMPORTAMENTO CONTRÁRIO À BOA - FÉ OBJETIVA. VIOLAÇÃO AO DEVER DA AUTORA DE MITIGAR O PRÓPRIO PREJUÍZO (DUTY TO MITIGATE THE LOSS), AO LONGO DE TODA A SITUAÇÃO. PEDIDO IMPROCEDENTE. INDENIZAÇÃO AFASTADA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO DA REQUERIDA CONHECIDO E PROVIDO, PREJUDICADO O RECURSO ADESIVO.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 325/327).

No recurso especial (e-STJ fls. 330/354), interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c" da CF, a recorrente apontou ofensa aos arts. 186 e 927 do CC/2002 e 43, § 3º, do CDC, além de divergência jurisprudencial.

Aduziu para tanto que a demora da agravante em promover o cancelamento da inscrição em cadastro de proteção ao crédito após o adimplemento do débito acarretou danos morais. Sustentou que (e-STJ fl. 346):

Certo é que, evidenciada a culpa da Recorrida dando causa ao evento danoso, perfeitamente previsível, imputar-lhe a obrigação de ressarcir os prejuízos por não ter respeitado a integridade moral da Recorrente.

De tal arte, a gravidade da conduta praticada e reiterada pela Recorrida, em sua face de reprimenda, demanda uma condenação a título de danos morais - inclusive de maior ênfase ao que aplicado pelo Juízo de primeiro grau - pelo que reitera-se o pedido de majoração do montante aplicado.

Diante disso, a manutenção da sentença proferida em primeira instância ou a majoração do valor da indenização é medida impositiva no presente caso. pelo que deve ser REFORMADO o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, ante a todos os fundamentos acima declinados.

No agravo (e-STJ fls. 404/419), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Contraminuta não apresentada (e-STJ fl. 427).

É o relatório.

Decido.

Quanto à configuração dos danos morais, o Tribunal de origem decidiu que (e-STJ fls. 309/311):

No caso concreto, a hipótese versada comporta peculiaridades que afastam o pleito indenizatório, basicamente por duas razões.

A primeira decorre das circunstâncias e do modo como efetuada a quitação da dívida. Como visto, está-se diante de depósito judicial, que apenas foi disponibilizado à parte credora em 15-3-2015. Tal data deve ser considerada como termo inicial para o cômputo do prazo de 5 dias úteis para exclusão do apontamento. Contudo, na presente lide indenizatória, ajuizada já em 26-3-2015, a autora ampara sua causa de pedir no fato de que, "no início do corrente mês, quando tentava realizar compras no comércio local, foi informada de que seu continua inscrito" (fl. 02).

A toda evidência, não há falar em abalo de crédito decorrente da demora da parte credora na exclusão do apontamento, pois, reitera-se, apenas a partir de 15-3-2015 (data da efetiva disponibilização do crédito) poderia ser contabilizado o prazo de 5 dias úteis para o cancelamento da inscrição.

[...]

Logo, a moldura fática delineada nos autos não demonstra inércia da entidade credora em promover a baixa do registro negativo da devedora.

A segunda razão fundamenta-se no comportamento empregado pela parte devedora, ora demandante, pois contrário à boa-fé objetiva, em nítida violação ao dever de mitigar os próprios prejuízos (duty to mitigate the loss).

[...]

Na vertente hipótese, a consumidora adquiriu e não pagou por mercadorias fornecidas pela ré, permanecendo em situação de inadimplência - e justificada inclusão em cadastro de inadimplentes - por mais de 2 anos.

Entretanto, tão logo efetuada a quitação da dívida, ingressou com ação judicial alegando ter sido vítima de ato moralmente lesivo, decorrente da manutenção do seu nome no rol de maus pagadores por lapso temporal superior a 5 dias, e postulou compensação pecuniária pelo abalo de crédito.

Não obstante seja direito da parte devedora ter seu nome excluído dos cadastros de inadimplentes após o pagamento do débito, certo é que fosse essa sua principal motivação ou objetivo (ausência de restrição creditícia), poderia ter simplesmente peticionado na ação de cobrança requerendo a exclusão do gravame, tão logo efetuado o pagamento judicial (antes mesmo do levantamento pela credora). Mas não o fez.

Assim, não há indícios de que tenha adotado qualquer providência para mitigar seu próprio alegado dano. Afigura-se, na espécie, nítida afronta aos deveres de cooperação e lealdade. Tanto o é que, ao invés de - por exemplo, repita-se - requerer mediante simples petição uma determinação judicial para exclusão imediata do registro, optou por desde logo ingressar judicialmente pleiteando verba indenizatória.

Nesse cenário, considerando a inocorrência de abalo de crédito passível de reparação, revela-se insubsistente o pleito indenizatório formulado.

Contudo, no recurso especial, apontando contrariedade aos arts. 186 e 927 do CC/2002 e 43, § 3º, do CDC, a recorrente sustenta tão somente o cabimento da indenização por

inobservância do prazo de cinco dias para cancelamento da inscrição desabonadora.

Verifica-se, portanto, que a parte não impugnou os fundamentos do acórdão recorrido, trazendo alegações dissociadas do que ficou decidido no aresto. Incidem, portanto, as Súmulas n. 283 e 284 do STF. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DEMORA INJUSTIFICADA NA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. NÃO IMPUGNAÇÃO. INCIDÊNCIA DO VERBETE 283 DA SÚMULA/STF. RAZÕES DISSOCIADAS DA MATÉRIA TRATADA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 284 DO STF. DEFEITO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE. SÚMULA 7/STJ. REVISÃO DO VALOR. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA A FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. NÃO PROVIMENTO.

[...]

2. As razões elencadas pelo Tribunal de origem não foram devidamente impugnadas. Incidência do enunciado 283 da Súmula/STF.

3. Não se conhece de recurso especial cujas razões estão dissociadas da matéria tratada pelo acórdão recorrido. Súmula 284/STF.

[...]

7. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 774.370/RS, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/11/2015, DJe 23/11/2015.)

Ademais, concluir em sentido contrário implicaria revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, vedado em sede de recurso especial, ante o disposto na Súmula n. 7/STJ. Sobre o tema:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. APONTAMENTOS ANTERIORES. SÚMULA N. 385/STJ. DANO MORAL INEXISTENTE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. "Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento" (Súmula n. 385/STJ).

2. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

3. No caso concreto, o Tribunal de origem analisou a prova dos autos para concluir pela existência de inscrição negativa preexistente em nome da empresa. Alterar tal conclusão é inviável em recurso especial.

4. A aferição do decaimento das partes em relação ao pedido, para fins de verificação da sucumbência recíproca ou mínima, importa no reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula n. 7/STJ.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1.445.107/SP, de minha relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 21/10/2019, DJe 25/10/2019.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS INDEVIDA. EXISTÊNCIA DE APONTAMENTOS ANTERIORES E AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DISCUSSÃO JUDICIAL OU DE

Superior Tribunal de Justiça

ILEGITIMIDADE DE TODOS ELES. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. No caso, a revisão do entendimento do Tribunal de origem - no sentido de que as demais inscrições em cadastro de proteção ao crédito seriam anteriores à ora discutida e de que não teria sido comprovada a discussão judicial ou a ilegitimidade de todas elas - é providência que exigiria o reexame de fatos e provas, sendo vedada na via eleita, ante a incidência do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.509.301/MA, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/11/2019, DJe 21/11/2019.)

Ante o exposto, NEGÓ PROVIMENTO ao agravo.

Na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, MAJORO os honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) do valor arbitrado, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se e intemem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator